

**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro**



Gizyenne Costa Miguel

**Estudo de caso da paradiplomacia financeira do
Estado do Rio de Janeiro entre 2010-2020.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Carlos Frederico de Souza Coelho

Rio de Janeiro,
25 de setembro de 2023

**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro**



Gizyenne Costa Miguel

**Estudo de caso da paradiplomacia financeira do
Estado do Rio de Janeiro entre 2010-2020**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (opção profissional) pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Carlos Frederico de Souza Coelho
Orientador
Presidente Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof.^a Alice Gravelle Vieira
Centro Universitário La Salle - Niterói

Prof. Francisco de Guimaraens
Vice Decano Setorial de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais

Rio de Janeiro,
25 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Gizyenne Costa Miguel

Graduou-se em Relações Internacionais no Instituto Metodista Bennett em 2008. Hoje é analista sênior de comércio exterior na empresa Telespazio Brasil S.A. Sua pesquisa e trabalho concentram-se nas áreas de comércio exterior e investimentos.

Ficha Catalográfica

Miguel, Gizyenne Costa

Estudo de caso da paradiplomacia financeira do Estado do Rio de Janeiro entre 2010-2020 / Gizyenne Costa Miguel ; orientador: Carlos Frederico de Souza Coelho. – 2023.

47 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2023.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Relações Internacionais. 3. Paradiplomacia. 4. Rio de Janeiro. I. Coelho, Carlos Frederico de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

A minha família e amigos, pelo apoio e incentivo.

Aos coordenadores do curso, Carlos Frederico Coelho e Paulo Esteves, pela atenção aos alunos.

Ao meu marido Marco Antonio, pela paciência e carinho em todos os momentos.

A todos os colegas de mestrado do MAPI, que ajudaram nesta jornada de crescimento pessoal e profissional.

Resumo

Miguel, Gizyenne Costa; Coelho, Carlos Frederico. Estudo de caso da paradiplomacia financeira do Estado do Rio de Janeiro entre 2010-2020. Rio de Janeiro, 2023. 31p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a paradiplomacia financeira realizada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro no período de 2010 a 2020, a fim de compreender o funcionamento desta política na captação de investimentos externos.

Com o intuito de compreender as dinâmicas das relações das paradiplomacia entre os atores não centrais na política externa, por meio de indicadores de investimento direto internacional emitidos pela Banco Central Brasileiro, detalhamento dos financiamentos externos emitidos pelo Tesouro da Fazenda do Rio de Janeiro e dados de comércio exterior pelo Comextat do período serão analisados por meio de documentos, livros, relatórios e dados públicos de forma quantitativa e qualitativa.

Desta maneira, o trabalho procura entender os possíveis impactos de uma política da paradiplomacia financeira medidos por meio de relatórios e documentos emitidos pelo governo do Estado do Rio de Janeiro neste período. Além, do melhor entendimento do funcionamento dos mecanismos de captação de investimentos externos com interação entre os diferentes atores nas esferas federal e estadual.

Palavras-chave

Paradiplomacia; Política Externa; Rio de Janeiro.

Abstract

Miguel, Gizyenne Costa; Coelho, Carlos Frederico. Case study of financial paradiplomacy in the State of Rio de Janeiro between 2010-2020. Rio de Janeiro, 2018. 31p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present work aims to analyze the financial paradiplomacy carried out by the government of Rio de Janeiro in the period from 2010 to 2020. The study seeks to understand the functioning of this policy in attracting foreign investment.

With aim of understand the dynamics of paradiplomacy relations between non-central actors in foreign policy. Through international direct investment indicators issued by Brazilian Central Bank, details of external financing issued by the Treasury of Rio de Janeiro and foreign trade data from Comexstat for the period will be analyzed through documents, books, reports and public data in a quantitative and qualitative way.

In this way, the work seeks to understand the possible impacts of financial paradiplomacy policy measured through reports and documents issued by the government of the State of Rio de Janeiro. In addition, a better understanding of the functioning of mechanisms for attracting foreign investment with interaction between different actors at the federal and state levels.

Keywords

Paradiplomacy; foreign policy; Rio de Janeiro.

Sumário

1. Introdução	8
2. Compreendendo o conceito de paradiplomacia	11
3. A atuação da paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro	18
4. Entendendo a situação econômica do Rio de Janeiro entre 2010-2020.....	23
5. Por que adotar uma paradiplomacia financeira mais ativa?.....	30
6. Conclusão	34
7. Referências bibliográficas	36
8. Anexo A.....	40
9. Apêndice A	42

1. Introdução

Durante o período de 2010 e 2020, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) vivenciou um período de expectativas e incertezas com diferentes realidades econômicas e políticas, e que diretamente vai refletir no planejamento da Subsecretaria de Relações Internacionais responsável pela ação da paradiplomacia. A partir dos dados econômicos estaduais de investimentos diretos externos e de comércio exterior, será possível identificar os mecanismos utilizados para captação, entendimento dos pontos de sucesso e de melhorias. Além, da análise do impacto econômico do grande volume de empréstimos efetuados neste período que seriam utilizados como investimentos especialmente nas áreas de infraestrutura e logística para atender a necessidade dos grandes eventos internacionais que foram realizados neste intervalo no ERJ. Neste entendimento, os grandes eventos seriam uma das principais causas do grande engajamento da paradiplomacia para obtenção de formas de formas obtenção de recursos.

Antes do início na análise dos impactos das ações da paradiplomacia financeiros do ERJ, será necessário o entendimento da terminologia utilizada neste estudo de caso. A primeira parte deste trabalho faz uma rápida introdução ao entendimento do termo paradiplomacia e seu debate atual, analisando a evolução do processo de diplomacia associado ao processo de federalismo encontrado em alguns países no sistema internacional. Ressaltando os mecanismos de controle do Estado brasileiro e seu contexto político, mas também como a dimensão subnacional que o termo eleva e integra a formulação da política externa do Brasil.

São também apresentados os principais teóricos do termo de paradiplomacia que seria Duchacek (1990) e Soldatos (1990), além de outros autores como Kincaid (1999) e Michel Keating (1999) com visões complementares do progresso do processo de interdependência e globalização no sistema internacional. Tendo em vista que existem diversas definições que são estruturadas conforme a realidade jurídica de cada país, serão analisadas teorias que exploraram metodologias que apresentam as principais aplicações da paradiplomacia como forma de agregar economicamente uma região. Nesse sentido, temas ligados a processos de independência regionalista ou nacionalista não serão abordados devido a

complexidade que o termo paradiplomacia pode ser utilizado para entendimento de processo de soberania nacional e independência regional. O foco do trabalho será uma análise da paradiplomacia financeira e suas consequências referente ao grande endividamento em decorrência dos empréstimos externos que foram efetuados durante o período analisado.

Na segunda parte desse trabalho, serão analisados os dados que tangem a parte política e econômica da paradiplomacia financeira exercida pelo ERJ no período de 2010 até 2020 e seus impactos, criando um comparativo entre o planejamento e as ações concretas tomadas pelos governadores em exercício. A importância da análise deste período se deve aos contrastes encontrados no uso da paradiplomacia, de 2010 até 2015 com maior engajamento da ação do governo estatal, principalmente devido ao período dos grandes eventos internacionais, a partir de 2016 com a crise política e econômica a paradiplomacia perde força e não recebe o mesmo fluxo de investimentos. O debate permeia no entendimento se a ação da paradiplomacia do ERJ foi eficaz na atração de investimentos externos? O trabalho realizado pela subsecretaria de relações exteriores conseguiu executar o planejamento estratégico da paradiplomacia financeira no ERJ? Se a adoção de uma paradiplomacia financeira ativa foi eficaz no impacto econômico do futuro do ERJ? A partir deste ponto, para responder estas questões, será necessária uma análise mais criteriosa dos documentos emitidos pelos órgãos estaduais e federais, para entendimento do impacto direto das ações da paradiplomacia financeiras pelo ERJ.

O principal objetivo é fazer um estudo de caso de forma qualitativa e quantitativa, - no tocante a ação da paradiplomacia na articulação e coordenação durante este período que culminou com os eventos sede da Copa do mundo (2014) e Olimpíadas (2016), até o período de crise iniciado em 2015 pela crise do petróleo que afetou diretamente a receita do governo do Estado.

Outro objetivo específico do trabalho é apresentar a paradiplomacia financeira como uma forma fundamental de autonomia de um ator subnacional para articulação e coordenação na atração de investimentos externos diretos de forma local. Além do processo de recebimento de investimentos externos que correspondem à entrada de capital, empresas e fundos de investimentos com o comprometimento a longo prazo e cooperação técnica.

Com isso, este documento procura elaborar uma análise da visão do uso da paradiplomacia pelo ERJ como forma de adaptação ao sistema econômico dinâmico baseado nas novas demandas econômicas de interdependência e busca por atração de investimentos diretos externos. Além de dialogar sobre a importância da articulação política para uso sensato da paradiplomacia econômica no cenário político, e seus impactos relacionados a subordinação dos entes regionais ao poder soberano do estado brasileiro.

2. Compreendendo o conceito de paradiplomacia

A definição do termo paradiplomacia é o primeiro desafio a ser abordado por este texto. Os principais autores deste tema são Duchacek (1990) e Soldatos (1990) onde foi apresentado pela primeira vez o conceito de ‘diplomacia paralela’ no meado dos anos 90, no qual o termo faz parte do entendimento que governos locais estariam gradativamente ganhando autonomia frente a Estados centrais. Para estes autores as ações de atores subnacionais podem ocorrer de forma paralela aos interesses dos Estados soberanos. Mesmo que muitas vezes essas ações ocorram conforme diretriz do Estado, ou até mesmo de forma contrária ao interesse nacional.

A relação entre atores subnacionais com estados nacionais é uma questão importante na análise das consequências e desequilíbrio na balança de poder, com o uso estratégico para atendimento das necessidades locais, de forma contrária ao entendimento de soberania nacional no viés realista. O termo de paradiplomacia ganhará força a partir do fim da Guerra Fria, no qual também podemos destacar a teoria da ‘interdependência complexa’ Keohane & Nye (2001) com uma visão multipolar do sistema internacional em que o Estado perde gradativamente autoridade central, e atua de forma dinâmica em conjunto com diversos atores. Neste contexto, o uso do termo paradiplomacia será referenciado como uma forma de uso político de um poder local de forma descentralizado do poder estatal que utilizem relações de independência de outros atores do sistema internacional, além de somente os atores nacionais.

Seguindo este caminho, o autor Duchacek (1991) identifica diferentes dimensões geopolíticas destacadas em três linhas de negociação, a paradiplomacia regional transfronteiriça, contatos transregionais, e por último paradiplomacia global. Com o mesmo objetivo de negociação e mutualidade. No final, o resultado comum destas diferenciações é o surgimento de novas estruturas de acordos internacionais que ultrapassam somente as questões fronteiras e combinam a forma de interdependência regional entre dois ou mais regiões de nações que participam de uma nação soberana. (Duchacek, 1991. p.16)

Para Duchacek (1991) é possível consolidar a ideia de que na ausência de qualquer autoridade em uma negociação entre poderes não centrais, dever haver

consenso de maneira regional. E, por isso, que a utilização da terminologia 'paradiplomacia' foi descrita como uma diplomacia em paralelo para indicar uma capacidade acessória de um Estado central. (Duchacek, 1991).

Contudo, considerando o autor Schiavon (2019) a paradiplomacia pode ser interpretada como uma ação complementar da política externa de um Estado, e que as atividades segregadas de ações internacionais podem criar falhas em políticas nacionais integradas. As diversas interpretações dos atores subnacionais levariam ao entendimento equivocado em diferentes esferas de poder, seja um ator local, municipal ou estadual. A preocupação de um Estado deve ser de manutenção de políticas centralizadoras e limitadora para que não houvesse impacto no poder central estatal. Contudo, é inegável que o uso da paradiplomacia por atores subnacionais é uma forma de adaptação a novos tempos e demandas de interdependência e globalização das últimas décadas.

Seguindo o mesmo entendimento, Schiavon (2019) descreve que a paradiplomacia do Brasil está muito associada ao movimento de descentralização assimétrica de poder baseado na regionalização estratégico que o Mercosul trouxe como bloco regional e que auxilia como razão relevante para a condução de políticas de paradiplomacia. A base legal para uso da paradiplomacia na constituição não está explicitamente garantida à autonomia na participação na política exterior da nação, contudo pode ser considerar como uma forma de coordenação de política externa como complementar ao poder central. (Schiavon, 2019, p. 69).

Segundo o autor Aprigio (2016), os governos subnacionais estão ganhando importância no debate de pontos estratégicos da agenda internacional, principalmente em temas que estejam relacionados a questões onde o Estado central foi obtuso, e com isso, será possível observar a necessidade de surgimento de um poder subnacional com forma de suprir as demandas locais relacionadas a segurança, mobilidade, saúde e meio ambiente. Este interesse não seria por acaso, eles têm a intenção de promover o poder local na atração de investimentos e competitividade internacional. Ao mesmo tempo, não se deve confundir autonomia econômica com independência política. (Aprigio, 2016, p. 14).

Ainda de acordo com o autor (Aprigio, 2016, p. 16) a maneira que os atores subnacionais, sindicatos, ONGs, Organizações internacionais se comportam está ligado a maior cooperação internacional em grandes agendas de interesse global, e até mesmo o avanço tecnológico aproxima essa premissa. Mais à frente o autor explica que os poderes subnacionais vêm usufruindo de ferramentas da paradiplomacia na busca de atração de investimentos e integração, agindo sempre de forma mais regional. (Aprigio, 2016, p. 33-34). No caso brasileiro, a criação do Mercosul teve grande impacto na atuação de poderes subnacionais de forma direta ou indireta, destacando também a importância da criação da ‘Rede de Mercocidades’¹ em 1995 como parte da integração do Mercosul, a participação das cidades foi um importante marco na paradiplomacia brasileira.

Neste mesmo segmento Aprigio (2016) continua o debate a respeito da explicação de que mesmo que o Brasil desenvolva meios de incentivo para o crescimento da ação no país, sem o devido planejamento estratégico em longo prazo, que possua objetivos concretos e substanciais, a paradiplomacia será somente parte de um jogo político de negociação conforme poder central federal, e o peso de relevância política dos outros atores, seja ele local, municipal ou estadual ele deve estar em conformidade a diretriz política do poder federal adequado a conseguir que iniciativas internacionais cheguem até eles. Desta forma, a atuação internacional de um ente subnacional parte de um interesse próprio de um indivíduo em um cargo de poder. O Estado brasileiro tem o poder como ator central, com capacidade estrutural para promover atuação internacional dos atores subnacionais de forma contínua e agregadora, contudo a atual estrutura é pouco explorada, arcaica e pouco ágil, não correspondendo as reais necessidades dos atores subnacionais. (Aprigio, 2016, p. 57)

Contudo, segundo o autor Sombra Saraiva (2004) a respeito do debate da autonomia dos estados brasileiros, comenta que o aumento do interesse dos atores subnacionais com destino a acesso a financiamentos internos e externos, apesar das questões jurídicas limitantes, consegue ser feita por meio ‘lobby’ no congresso para acesso a dinâmica política do ‘low politics’, enquanto o Itamaraty cuidaria dos

¹ O termo Mercocidades se refere a redes de governos locais para promoção de integração regional e integração da América do Sul. Atualmente conta com a participação de 375 cidades membro de 10 países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Peru e Colômbia). Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/>> Acesso em: 10 mai. 2023.

assuntos de relevância da política externa ‘high politics’. Uma forma de opção na defesa dos interesses locais perante a máquina burocrática dos órgãos federais, que consegue agir de forma mais eficaz e coerente sobre a evolução dos interesses econômico regionais. No entanto, a ação por meio de lobby político não regula de forma concreta a ação dos poderes subnacionais, criando a necessidade de criação de um espaço de discussão sobre o método mais eficaz tendo em conta atuação da paradiplomacia dos atores subnacionais na direção de encontrar uma solução adaptada a realidade nacional dentro do direito internacional e constitucional. (Saraiva, 2004)

No que tange a visão constitucional, a autora Tatiana Prazeres (2004) comenta que o federalismo brasileiro não possui regras em direção as ações dos atores subnacionais, e devido às divergências estruturais, políticas e sociais entre os diferentes atores subnacionais foi criado um cenário de incertezas e instabilidade política com relação à forma que as ações na esfera externa são efetuadas pelos poderes locais onde o Estado brasileiro delimita a ação subnacional no âmbito doméstico e internacional. No entanto, na teoria, temos o Estado brasileiro soberano e as unidades federadas como partes autônomas. Apesar destas unidades não terem personalidade jurídica para assumir compromissos internacionais, as brechas encontradas na prática comprovam a incompatibilidade desses mecanismos em se adaptarem a uma nova realidade global. Constatando o não funcionamento das formas legais brasileiras utilizadas atualmente no qual os atores subnacionais agem de forma confusa por meio políticos, sem conseguir garantir qualquer tipo de garantia em uma negociação internacional. Deste modo, o ator subnacional ficará na dependência da aprovação no Senado Federal por meio político de qualquer compromisso financeiro assumido externamente. (Prazeres, 2004, p.287-288)

Neste mesmo entendimento, com o objetivo de melhor entendimento no aspecto jurídico por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988², o destaque deste tema poderá se encontrado nos seguintes artigos que descrevem os limites legais em conformidade com atuação da paradiplomacia dos estados brasileiros. No artigo 21 Inciso I. “Compete à União manter relações com

² Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 19 mai. 2023.

Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais” que delimita a centralização do poder federal. No artigo 84 “Compete privativamente ao Presidente da República: inciso VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos” e inciso VIII “celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”. Contudo, no Artigo 52 “Compete privativamente ao Senado Federal: inciso V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”. Neste artigo é autorizado aos estados brasileiros a solicitem empréstimos internacionais, não obstante ainda no mesmo artigo 52 impõe delimitações “limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”. Todos os artigos que discorrem a respeito do federalismo são considerados cláusulas pétreas e somente poderão ser alteradas por meio de reforma constitucional. (Prazeres, 2004, p.308)

Compreendendo a atuação constitucional do processo federalista brasileiro, existe uma tendência unitária e separada da União que é colocado por meio dos estados federados. Com isso, o caráter do estado federal é disjunção-integração criando um mecanismo de contraponto ao lado mais centralizados do Estado brasileiro. No que tange assinaturas de contratos, o presidente da República é único representante que possui o poder de ratificar um acordo internacional. (Prazeres, 2004, p.295).

Sem embargo, mesmo sendo o Estado brasileiro soberano e único ator legal reconhecido para assinatura de acordos internacionais, as entidades subnacionais brasileiras devem ser colocar frente aos obstáculos jurídicos e não limitar as ações dentro dos debates sobre a necessidade de atuação mais independência no âmbito internacional com o respeito à soberania brasileira. Atualmente o Itamaraty atua por meio da diplomacia federativa como forma de centralizar as demandas internas dos atores subnacionais e defesa da unidade nacional brasileira que não consegue suprir de forma contundente as necessidades regionais.

Uma solução apontada por Prazeres (2004) seria por meio de um auxílio indireto do Itamaraty por meio dos escritórios na tentativa de maior representatividade de componentes locais no mercado externo. Outra solução

apontada seria a utilização de pessoas jurídicas para celebrações de acordos, como forma de intermediação entre o ente subnacional e o estado estrangeiro, como uma forma de se adaptar a natureza global das novas relações comerciais de interdependência econômica. (Prazeres, 2004, p.303).

Além da questão jurídica brasileira, diversas formas de reformulações considerando melhor andamento das ações foram tentadas. A partir de 1994, com a criação da Assessoria de Relações Federativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e em 1997 a criação dos Escritórios de Representação Regional (MRE) a paradiplomacia federativa foi fortalecida pelo Itamaraty. Além disso, também foi enviado ao congresso a Proposta de Emenda Constitucional nº 475/2005³ (PEC da Paradiplomacia) em 2005 que não foi aprovado.

Conforme indicado por Vigevani (2006), de maneira geral, a chancelaria brasileira, neste período foi definido como um processo de complementar de reformulação no papel da diplomacia tradicional. A autorregulação com a presença do Itamaraty com a intenção de garantir uma estrutura de negociação entre as secretarias estaduais e municipais para efetivação da chamada ‘diplomacia federativa’ que tem como objetivo manter a integridade da unidade nacional. Neste contexto a política externa dos atores subnacionais poderia ser efetuada pelos escritórios de representatividade para atração de novos negócios aos entes subnacionais sem perder o poder centralizador do estado brasileiro. Contudo, estas ações ainda não são eficazes devido ao caráter burocrático da diplomacia tradicional, e que por este motivo, diversos atores subnacionais buscam novas formas atrações de investimento internacional (Vigevani, 2006 p.135).

Após breve resumo histórico da paradiplomacia brasileira, será necessário também compreender o termo utilizado como objeto de estudo deste documento, descrito pelo economista Bessa (2012) como “paradiplomacia financeira”. O termo é associado a ação de um ator subnacional com o objetivo de incentivar, negociar e captar recursos externos como formar de aumentar a entrada de investimentos externos diretos para melhorar os indicadores econômicos locais. Vale salientar,

³ PEC 475/2005 não aprovado. Documento tentou acrescentar parágrafo ao art. 23 da Constituição Federal para permitir que Estados, Distrito Federal e Municípios pudessem celebrar acordos com entes subnacionais estrangeiros. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=305376>>
Acesso em: 21 mai. 2023.

que durante este projeto será necessária à articulação junto ao Estado nacional e investimentos na projeção de uma imagem de credibilidade no mercado internacional. A procura por investimentos externos se dá pelo fato de ser apresentado como uma forma de financiamento com melhores juros e prazos de pagamento, sendo uma opção factível no sentido de evitar cortes orçamentários pela esfera federal. (Bessa, 2012. p. 146-149).

Atualmente, desde 2017 por meio do Manual de Financiamento Externos⁴ o documento foi emitido pelo Ministério da Economia que trata da composição e competências da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) serve como um instrumento para orientar entes subnacionais no pleito para solicitação de concessão de crédito de agentes externos e que deve impreterivelmente passar pelo aval do Governo Federal. Para este pleito, deve ser encaminhado uma carta consulta emitida, para o caso do ERJ deve ser direcionado pelo Governador para o sistema da COFIEEX e deve passar pelos tramites de análise, negociação, aprovação, celebração entre as partes, concretização, execução e por último pagamento do atente financeiro. Como o Governo Federal possui a responsabilidade legal de pagamento do financiamento à entidade externa caso haja o não pagamento da dívida assumida pela entidade subnacional. Cabe a ator subnacional todo o acompanhamento do processo do requerimento e execução do projeto, além da prestação de contas ao governo federal.

⁴Manual de financiamento Externos. Disponível em: < <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/arquivos/cofiex/manual-de-financiamento-externos.pdf>> Acesso em: 01 jun.2023

3. A atuação da paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro

A partir do processo de democratização do Brasil e sua nova constituição em 1988, a história do ERJ na paradiplomacia integra como forma de política do estado. Antes mesmo do processo de redemocratização brasileira, para aumentar a autonomia estadual, durante o primeiro mandato do governo de Leonel Brizola⁵ ainda em 1983 foi criada a Assessoria de Relações Internacionais sob o comando do cientista político Clóvis Brigagão. A intenção era iniciar formas de inserção internacional estadual. Nos governos posteriores de Moreira Franco entre 1987-1990 e Marcelo Alencar entre 1995-1998 o setor internacional não obteve destaque na atuação e ficou em segundo plano. Nos períodos de Anthony Garotinho (1999-2002) e Rosinha Garotinho (2003-2006), foi criada a Coordenadoria de Relações Internacionais, com atuação mais acadêmica, e administrada pelos professores Theotônio dos Santos e Antônio Carlos Peixoto (Sombra, 2012).

Para entender a forma que a paradiplomacia do ERJ iniciou, a orientação do trabalho era mais focada no atendimento protocolar e desenvolvimento da cooperação técnica Sul-Sul, sempre com interesses de vieses políticos dos governadores em exercício. Não possuíam direcionamento para vínculos e criação de oportunidades comerciais e de investimentos externos (Spadale, 2013, p.27).

Foi a partir do Governo Sérgio Cabral (2007-2014) que a área de Relações Internacionais ganhou maior destaque com criação da Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI)⁶ que foi subordinada a Casa Civil, com a administração dos Diplomatas Emb. Ernesto Rubarth e José Carlos Leitão. Posteriormente, no comando de Pedro Spadale, período de grande destaque a novas estratégias mais modernas de inserção no mercado internacional, colocando o Rio de Janeiro no mapa dos grandes eventos e atração de investimentos internacionais.

⁵ Biografia de Leonel Brizola. Político possui 2 mandatos como Governador do ERJ de 1983-1986 e 1991-1994, filiado ao PDT forte opositor do regime militar brasileiro. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/131041/biografia>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

⁶ Criação uma Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI) por meio do Decreto nº 41.324 de 28/05/2008.

Na opinião de Spadale (2013) o Estado desenvolveu uma nova orientação capaz de elevar o alcance internacional na criação de melhores projetos para alcançar uma maior quantidade atores externos. Durante esse período, o SRRI foi dividido em quatro assessorias (Comércio e Investimentos, Cooperação Internacional, Financiamentos Externos e Relações Institucionais) o que contribuiu para o foco internacional de cada assessoria. Desta forma, as divisões dentro da subsecretaria deu maior destaque a paradiplomacia financeira em si.

Com a intenção de melhor entendimento do processo de paradiplomacia financeira o foco foi direcionado para a forma de atuação das assessorias de Comércio e desenvolvimento e Financiamentos Externos. De acordo com Spadale (2013), a principal contribuição da assessoria de Comércio e Investimentos foi buscar aumentar investimentos externos diretos. Com o interesse técnico e complementar, atuaram junto com Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS) e a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN). Além da maior intervenção junto a Câmaras de comércio, consulados e empresas multinacionais, o destaque foi a forte presença de interação com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX BRASIL); Departamento de Promoção Comercial e Atração de Investimentos do Ministério das Relações Exteriores (DPR-MRE); Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX-MDIC); Agência de Promoção de Investimentos na Cidade do Rio de Janeiro (Rio Negócios); Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). A partir da contribuição de todos estes atores, foi possível entender e ajustar as prioridades em conformidade com desenvolvimento econômico estadual que teve grande êxito na investigação de potenciais mercados e setores estratégicos para exportações (Spadale, 2013, p. 25-26)

Ainda segundo Spadale, a captação de financiamentos externos, devido ao aumento na prática de cooperação técnica e a melhora da situação fiscal a partir de 2007, o governo do ERJ foi capaz de aumentar a captação de recursos externos. Conforme anteriormente descrito, o processo de financiamento internacional precisa ser aprovado no Senado Federal para serem implementados. A principal

função da SSRI foi de ajudar as Secretarias de Estado nos ajustes dos processos de interação junto as instituições externas, com apoio as missões estrangeiras no Rio e missões técnica no exterior, mesmo após fechamento dos acordos internacionais. O principal desafio desta assessoria foi entender a real necessidade dos projetos apresentados pelas secretarias de estado e articular possíveis fontes externas. Quanto maiores a diversidade de fontes de investimento, maior a quantidade de projetos estaduais era financiada. (Spadale, 2013, p. 31).

Todas essas ações contribuíram em prol da fomentação da imagem positiva internacional do ERJ. Neste processo, o ERJ sediou diversos eventos internacionais. Dos grandes eventos internacionais que passaram pelo estado durante o período de análise, podemos destacar os Jogos Mundiais Militares (2011), Fórum Econômico Mundial (2011), Rio+20 (2012), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa das Confederações da FIFA (2013), Copa do Mundo da FIFA (2014), Clinton Global Initiative – CGI (2013), Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio (2016). Além dos eventos internacionais nestes 10 anos de análise, vale também destacar que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2014 presidia o ‘Cities Climate Group’ (C40). Outro fato interessante deste período foi eleição da cidade do Rio de Janeiro no 36º lugar global na classificação mundial de cidades para celebrar eventos internacionais segundo o relatório ‘Statistics Report’ emitido em 2015 da ‘International Congress and Convention Association’ (ICCA, 2015, p. 21- 26)⁷. Apenas como fonte de comparação, após o período de relevância internacional do ERJ, no mesmo relatório emitido em 2019, o Rio de Janeiro caiu para 88º lugar.

Durante o governo de Luiz Fernando Pezão (2014-2018) se manteve a SSRI na Casa Civil com as mesmas orientações da gestão anterior. Ainda durante 2018, Pezão pediu afastamento devido a problemas de saúde, e em seu lugar o vice-governador Francisco Dornelles assumiu de forma interina. Durante o breve período de Dornelles como governador, o ERJ decretou estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira. Um dos motivos apontados para este processo de esvaziamento da receita estadual seria relacionado à queda na

⁷ International Congress and Convention Association (ICCA) fundada em 1963 é uma associação internacional especializada em promover assessoria criando oportunidades de negócios e vantagens competitivas para os diferentes segmentos de indústria que precisam promover o mercado internacional. Disponível em: <<https://www.iccaworld.org/>> Acesso em: 10 mai. 2023.

arrecadação fiscal, principalmente de ICMS e diminuição do recebimento dos royalties do setor de Óleo e Gás. Devido ao processo de estagnação econômica e crise fiscal, o então governador emitiu o decreto nº 45.692 em 17 de junho de 2016⁸, que autorizou medidas de exceção de todos os serviços públicos essenciais considerando a continuidade dos financiamentos, principalmente para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 que seriam iniciados em meados de agosto de 2016.

Durante o mandato do governador Wilson Witzel (2019-2020), a área de Relações internacionais foi direcionada à Superintendência, ligada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Após o processo de impeachment de Witzel, o vice-governador Cláudio Castro assumiu como governador em agosto de 2020 até 2022. Neste governo, a área de Relações Internacionais voltou a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil, chefiada por Bruno Costa. No atual governo, a Superintendência de Relações Internacionais (SUPRI) voltou a ser correlacionada à Secretaria de Estado da Casa Civil⁹ com o objetivo do retorno de visibilidade da atuação do estado por meio de parcerias público e privadas na inserção no cenário internacional.

Conforme demonstrado no breve histórico acima, a paradiplomacia do ERJ vivenciou dois momentos destoantes entre 2010 e 2020, de forma simplificada. O primeiro período de euforia e otimismo com grande destaque na atuação da paradiplomacia financeira de 2010 a 2014 que abrangeu os governos de Cabral e Pezão, e um segundo período indicado de frustrações e pessimismo a partir de 2015, e em especial para o intervalo pós-olímpico. Muitos fatores sociais, econômicos, políticos sejam eles no plano externo e interno criaram tal conjuntura. E, que devido à falta de planejamento, as perdas significativas na arrecadação estadual, culminaram com o grande endividamento o que afetou diretamente a forma de atuação da paradiplomacia focada na área financeira.

⁸ Secretária de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ). Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/legislacao/tributaria/decretos/2016/DECRETO%20N.%C2%BA%2045692%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202016.htm>. Acesso em: 15 mai. 2023.

⁹ Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro. Casa Civil. Disponível em: <https://www.casacivil.rj.gov.br/relacoes_internacionais>. Acesso em: 29 mar. 2023.

As secretarias estaduais para o devido funcionamento precisam de verbas, uma vez, a subsecretaria de relações internacionais não é diferente que depende diretamente do orçamento para pagamento de equipe dedicada e treinada na busca de novas oportunidades externas. Como o processo de recessão que atingiu as contas públicas, a falta de montante destinadas este trabalho trouxe consequências mais drásticas que serão entendidas mais à frente.

Em entrevista com Pedro Spadale o ex-secretário de Relações Exteriores do ERJ no período de 2008 até 2017, fica entendido que a grande entrada de fluxos de capital proveniente das reservas de petróleo do estado foi um importante motor para atração de investimentos internacionais. Além também dos grandes eventos internacionais que ajudaram a impulsionar a imagem do Rio de Janeiro no Exterior.

Segundo Spadale (2023), a paradiplomacia do ERJ vivenciou até 2015 uma convergência de fatores políticos, econômicos e sociais. A entrada de capital exterior e investimentos internos, além de interesse político na esfera estadual e federal. Com estes atributos favoráveis, foi possível criar uma equipe de 20 pessoas para a captação de financiamento externo. Com essa capacidade econômica renovada, foi possível trabalhar de forma dedicada na busca de parcerias internacionais. Além disso, o próprio governo ERJ implementou metas e objetivos para os funcionários estaduais, com bonificação baseada em performance. Todas essas características foram a fórmula do sucesso da política da paradiplomacia do ERJ até 2015. A partir de 2016, a paradiplomacia financeira teve uma nova formulação mais enxuta, sem bonificação, e sem o mesmo fluxo de investimentos internacionais o que diminuiu o fluxo de interesse do próprio governo estadual no uso da ferramenta da paradiplomacia. Os governantes depois de 2016 estavam com o foco em minimizar os impactos econômicos da crise que o ERJ iria vivenciar.

4. Entendendo a situação econômica do Rio de Janeiro entre 2010-2020

O panorama econômico do ERJ entre 2010 e 2014 estava em plena ascensão, com entrada de dividendos, promessas de novos investimentos externos, aumento da visibilidade externa do ERJ. Entre os diversos relatórios internos e internacionais que abasteceram a confiança do estado durante este período, podemos destacar a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) com o Relatório Decisão Rio 2012-2014¹⁰ onde foi relatado previsões de grandes investimentos, entre eles para o setor de infraestrutura foi apresentado a projeção de investimento de R\$ 51,0 bilhões; na indústria de transformação, R\$ 40,5 bilhões; e, em turismo, R\$ 1,8 bilhão.

Outras projeções, também indicavam aplicações nos Jogos Olímpicos de R\$ 8,6 bilhões, e no setor de petróleo e gás com R\$ 107,7 bilhões em investimentos da Petrobras e de empresas parceiras. (FIRJAN, 2012. p.13). A FIRJAN também apresentou outros relatórios ‘Decisão Rio 2011-2013’ e ‘Decisão Rio 2014-2016’ com também projeções de grandes montantes, de forma momentânea da economia do ERJ, e que não se sustentou por muito tempo.

Um importante fator para a entendimento da situação econômica do ERJ, é o entendimento da Lei Complementar nº 101 de maio de 2000¹¹ que determina os parâmetros de Responsabilidade Fiscal para estados e municípios. Por meio desta lei, foi possível que estados e municípios adquirissem empréstimos internacionais no art.32. “IV - Autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo” estabelecendo uma diretriz importante da paradiplomacia financeira. Esta forma institucional abriu a brecha para obtenção de capital externo. No caso do Estado do Rio de Janeiro, esta foi uma importante fonte de captação de investimentos utilizada pelo governador Sérgio Cabral, que a partir de 2008 direcionou para os setores de infraestrutura e meio ambiente.

¹⁰ Relatório Decisão Rio 2012-2014 emitido pela FIRJAN. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/decisao-rio.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

¹¹ Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 29 mai. 2023.

De 2008 a 2013, os empréstimos externos totalizaram em torno de R\$ 9.418.714.371,70, conforme figura 01 (abaixo). O saldo total do endividamento representa um valor muito superior ao contratado inicialmente. O que será importante no entendimento do fluxo financeiro do ERJ a partir do grande montante ainda em aberto da dívida.

Dívida - Estado do Rio de Janeiro	Valor contratado (R\$)	Saldo (R\$)
TOTAL - DÍVIDA FINANCEIRA	R\$ 55.764.518.820,15	R\$ 176.277.820.410,82
Interna	R\$ 46.130.248.849,16	R\$ 162.218.131.902,07
Externa	R\$ 9.418.714.371,70	R\$ 13.861.373.853,75

Figura 01 – Endividamento do Estado do Rio de Janeiro.
Fonte: Tesouro da Fazenda - RJ¹²

Para entendimento do da atração de investimentos externos, o ERJ por meio das estratégias de diplomacia financeira executadas até 2014 com grande número de projetos, além de alcançar os objetivos de aumento da entrada de capitais estrangeiros de forma exitosa. Na figura 02 podemos visualizar os anos de 2011 e 2012 como destaques na obtenção de recursos e número de projetos.

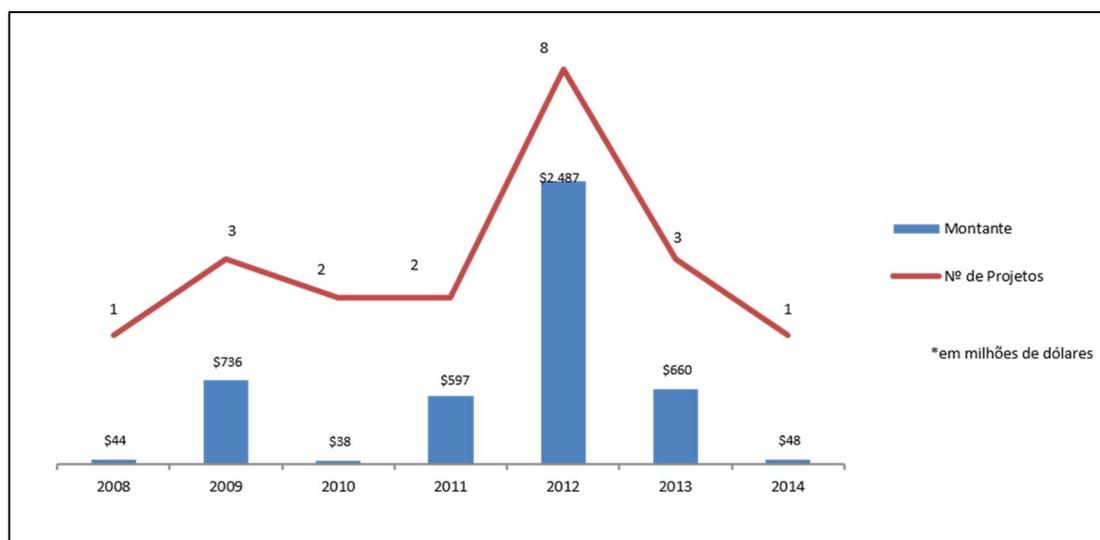


Figura 2 – Histórico de financiamentos externos -ERJ
Fonte: Secretaria da Casa Civil do ERJ¹³

¹² Dados extraídos do relatório de dívida pública do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://tesouro.fazenda.rj.gov.br/relatorios/divida-publica/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹³ Gráfico de investimento emitido pela Secretaria da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.casacivil.rj.gov.br/financiamentos_externos_e_captacao_de_recursos>
Acesso em: 01 jun. 2023.

Entre as entidades utilizadas com a finalidade de empréstimos externos estão o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), banco regional sul-americano e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Conforme distribuição do financiamento por instituição apresentado na figura 3.

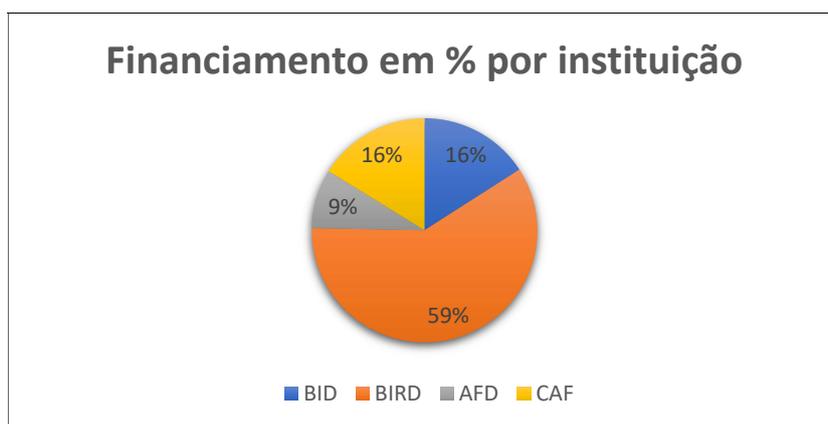


Figura 3 – Financiamento externo por instituição (%).
Fonte: Tesouro da Fazenda - RJ¹⁴

No sentido de melhor compreensão do direcionamento dos empréstimos externos, na figura 02 do Anexo A deste documento, é possível avaliar os programas beneficiados e seus respectivos valores associados. Esta visão deixa mais clara o direcionamento para programas e as entidades estrangeiras que tiveram aporte por delimitado por projeto. Em sua grande maioria, os projetos estavam ligados as obras de infraestrutura que também estavam relacionados aos grandes eventos de 2014 e 2016. Este detalhamento também foi extraído do Relatório de dívida pública do Rio de Janeiro, um importante documento para entendimento do cenário econômico do ERJ.

Contudo, a partir da queda dos valores do petróleo no mercado internacional o setor de Óleo e Gás vivenciou a desvalorização do barril do petróleo de US\$ 110 em 2014 para US\$ 40 em 2015¹⁵. Esse efeito, causou grande descompasso entre

¹⁴ Dados extraídos do relatório de dívida pública do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://tesouro.fazenda.rj.gov.br/relatorios/divida-publica/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹⁵ Matéria da BBC. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106_crise_economica_rio_jp
Acesso em: 29 mar. 2023.

arrecadação e despesa do ERJ. Aliado ao planejamento financeiro defasado, o cenário político interno também não estava como antes, com destaque ao período de grandes protestos populares e Lava Jato¹⁶ que afetaram negativamente a projeção do estado internamente e externamente.

Tal situação de declínio orçamentário, fez com que a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento emitisse o Plano de Recuperação Fiscal (PRF)¹⁷, com o intuito de melhor o desequilíbrio financeiro do ERJ. Este seria um importante instrumentos para ajuste de contas com metas obrigatórias e prazo de 03 anos com postergação de mais de 03 anos. Por meio desta ferramenta, foi possível obter a suspensão temporária do pagamento das dívidas com redução das parcelas por até 36 meses, que foram refinanciadas e garantidas pela União, o que permite renegociação da dívida.

Segundo o Plano de Recuperação fiscal do ERJ, as principais medidas que precisou adotar foram entre eles, a revisão dos incentivos fiscais vigentes com maior fiscalização, melhoramento da máquina estadual na gestão fazendária, o aumento de alíquotas tributárias, correção do valor mínimo do petróleo, ampliação da contribuição previdenciária e a alienação de imóveis do Rioprevidência.

No mesmo caminho, foi emitido o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais (Brasil, 2018) pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda o ERJ obteve a classificação 'D' de um rating de 'A' a 'D'. Neste documento, a partir de 2013 houve o aumento exponencial da Dívida Consolidada Líquida (DCL) em contrabalanço da Receita Corrente Líquida (RCL) criando uma situação de insolvência.

Neste mesmo boletim de finanças emitido pela Secretaria de Tesouro Nacional (Brasil, 2018), foi sugerido aos Estados endividados suspensão de novas contratações, liquidação dos precatórios e privatização das estatais. Outras sugestões com a finalidade de elevar a receita corrente líquida (RCL), foram

¹⁶ Ministério Público Federal. Operação Lava Jato apontou irregularidades no contrato da Petrobras, com sua primeira operação deflagrada em março de 2014.

Disponível em: < <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

¹⁷ PRF é o documento a ser elaborado pelo Estado para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal previsto na pela Lei Complementar Federal nº 159/2017.

aumentar as alíquotas dos impostos, reduzir incentivos fiscais, melhorar a cobrança de IPTU, qualificar profissionais para combate à sonegação fiscal, e utilizar as receitas das concessões. Ainda em consonância com o boletim, as privatizações de empresas estatais poderiam ser direcionadas com o intuito de pagamento das parcelas das dívidas.

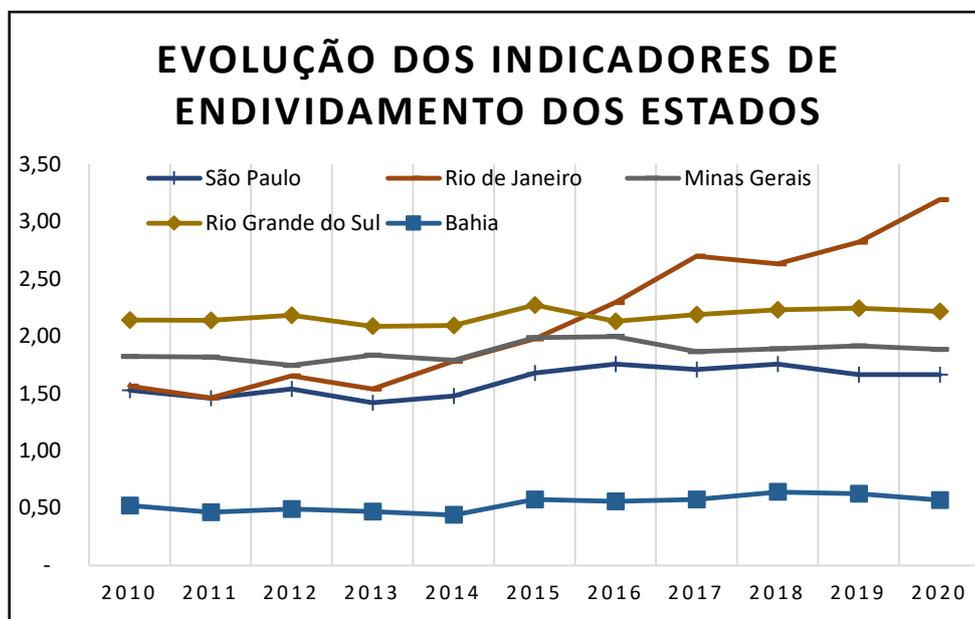


Figura 05 – Comparativo de endividamento

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais. Secretaria do tesouro nacional.¹⁸

Outro ponto importante que o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais (Brasil, 2018) demonstrado pela figura 05 aponta o comparativo do nível de endividamento de diferentes estados em situação de endividamento, entretanto, é possível visualizar o maior impacto econômico a partir de 2015 do ERJ em comparação com outros entes subnacionais.

Neste contexto, o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional e o Plano de Recuperação fiscal do ERJ convergem em praticamente nas mesmas recomendações e medidas para reabilitação da saúde fiscal do estado. Contudo, a nota técnica nº 57¹⁹ emitida pelo SEFAZ-RJ (Rio de

¹⁸ Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais - 2018.

Emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:28796>. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹⁹ Nota técnica referente aos impactos econômicos referente a arrecadação de ICMS. Emitida pela Subsecretaria da Fazenda o Rio de Janeiro. Nota técnica Nº 57/2021/SUBPOF/SEFAZ/RJ de 15 de outubro de 2021. Disponível em: <

Janeiro, 2021) referente aos impactos econômicos do Pacto RJ e seus efeitos da baixa arrecadação de ICMS possui uma posição dissonante em alguns pontos. Como exemplo, ao sugerir a continuidade dos investimentos estaduais em infraestrutura, como um ponto fundamental para mudanças estruturais nas cadeias produtivas estadual, e parte de meios capazes de gerar emprego e aumentar receita para manter o ajuste fiscal de maneira mais equilibrada.

Seguindo a mesma premissa, um importante dado para análise do fluxo econômico referente ao Comércio Exterior. Ao analisar os dados extraídos da plataforma Comexstat (na figura 06) é possível identificar a diminuição do fluxo de importação e exportação entre 2014 e 2016. Esses dados ajudam a entender o processo de estagnação econômica durante este período de crise econômica.

Outro dado importante, é o comparativo de Investimento Estrangeiro Direto no País nos anos 2010, 2015 e 2020 com relação a participação na indústria do ERJ, emitido pelo BACEN (Brasil, 2022) disponível no Quadro 01 do Anexo A deste documento. Um ponto que merece destaque é o valor total no ano de 2020 (15.992 US\$ milhões) ser quase a metade do total de 2010 (30.120 US\$ milhões). A tabela foi dividida por setor de atividade, em foram destacados os setores de vestuário e produtos têxteis tiveram o maior percentual de queda significativa, seguidos pelo setor de equipamentos de informática, produtos químicos e minerais não metálicos. A partir destes dados é possível perceber a saída de determinados setores do ERJ. A diminuição de fluxo de investimentos em setores importantes para a geração de empregos

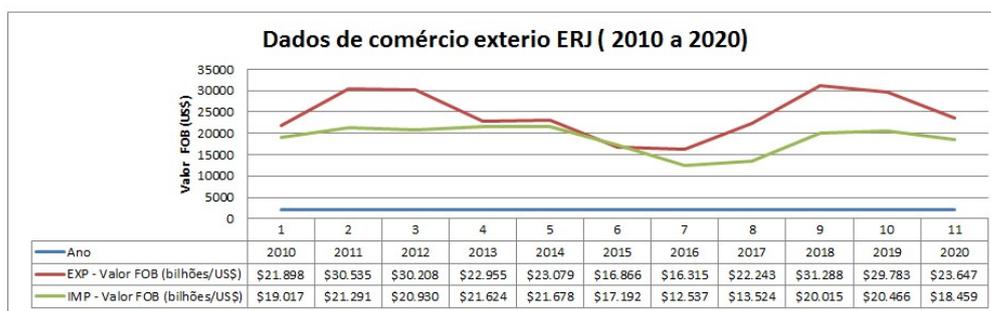


Figura 06: Dados de Comércio Exterior do ERJ entre 2010 e 2020. Fonte: Comexstat²⁰

<http://www.fazenda.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3AWCC42000027118>>. Acesso em: 15 mai. 2023

²⁰ Comexstat. Dados de exportação do ERJ disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br>> Acesso em: 31 mar. 2023

Na esfera econômica, a partir do entendimento de que o processo de recuperação econômica deve seguir uma linha sustentável e complementar. Tendo em vista o maior protagonismo dos atores subnacionais na expansão da atração de investimentos externos. Uma sugestão apresentada pela nota técnica nº 57²¹ do SEFAZ-RJ, com o objetivo de um tratamento em longo prazo das raízes dos problemas estruturais do Estado é necessário entender o termo “estrutura produtiva oca” que é considerado uma forma de explicar o parque produtivo do ERJ onde possui especializações desordenadas, sem nenhum tipo de complementaridade ou estratégia econômica. Investidores acompanham boas práticas de negócio, e no primeiro sinal de instabilidade redirecionam o fluxo de investimentos em proveito de outros locais mais estáveis.

²¹ Nota técnica referente aos impactos econômicos referente a arrecadação de ICMS. Emitida pela Subsecretaria da Fazenda do Rio de Janeiro. Nota técnica Nº 57/2021/SUBPOF/SEFAZ/RJ de 15 de outubro de 2021. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3AWCC42000027118>> Acesso em: 15 mai. 2023.

5. Por que adotar uma paradiplomacia financeira mais ativa?

Os esforços realizados pelo ERJ no período entre 2010 e 2020 no sentido de se apresentar com um importante ‘player subnacional’ no cenário internacional não conseguiu se sustentar por muito tempo. Apesar do sucesso inicial adquirido pelo processo massivo de internacionalização do ERJ, efetuado por uma paradiplomacia financeira mais atuante, diversos problemas financeiros, políticos, erros estratégicos de planejamento e falta de controle da máquina arrecadatória estadual criaram a partir de 2015 um ambiente inseguro para negócios.

Conforme explicado por Bessa (2016), a importância da relação direta entre o ator subnacional e o investidor estrangeiro dependerá do comprometimento e gestão com o monitoramento de objetivos e resultados em todas as fases do projeto. A gestão estadual eficaz nessa relação direta com outros agentes financiadores é a principal ferramenta na articulação na busca por recursos externos, sendo uma ferramenta plausível na gestão da paradiplomacia (Bessa, 2016, pag.141).

Ainda segundo Bessa (2016), a paradiplomacia financeira pode ser uma importante ferramenta de captação de investimentos internacionais diretos principalmente nos países emergentes. Os objetivos seriam garantir recursos externos ao menor juro e maior prazo para financiamento de projetos públicos, como forma de adicionar mais recursos sem ferir as limitações orçamentárias e investimentos do governo federal, além também da questão de cooperação técnica e financeira de organismos externos, além do marketing da imagem do ator subnacional como um parceiro de negócios íntegro e crível com a intenção de honrar com os compromissos dos investidores externos (Bessa, 2016, pag.127-128).

Neste cenário, a paradiplomacia financeira ativa e responsável poderia contribuir de forma contínua na melhoria das taxas econômicas do ERJ. Com um projeto dedicado a atrair investimentos externos alinhados com especializações ordenadas e promovendo infraestrutura com melhor diversificação de setores até então pouco desenvolvidos na economia do estado.

Contudo, a coordenação de ações da paradiplomacia não é uma tarefa fácil, especialmente se for direcionado ao segmento financeiro. Diversos parâmetros e cenários são apresentados aos responsáveis pelo redirecionamento dos esforços de coordenação na busca de oportunidades no cenário internacional. Muitas vezes, excelentes oportunidades de negócios são perdidas devido ao viés político do gestor da ocasião seja nas esferas federal, estadual ou municipal, em que a análise técnica muitas vezes é suprimida por ideologias ou favorecimento a determinados segmentos e setores. A identificação de oportunidades no mercado internacional só será possível por meio de contratação de mão de obra qualificada, objetivos claros, planejamento em longo prazo, e com as diretrizes alinhadas entre todas as esferas políticas, principalmente pela Federal.

Um importante ponto para o ERJ no campo da paradiplomacia financeira especificamente, seria um alinhamento embasado buscando análise e gestão com planejamento dos projetos e direcionamento de objetivos comum estaduais com as prefeituras. Não é raro exemplos de falta de alinhamento de gestão estratégica única para o ERJ. Um bom exemplo foi a proposta no documento Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro (2017 – 2020)²² onde foi apresentado um projeto do estabelecimento de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)²³ na cidade do Rio de Janeiro, que segundo o projeto serviria como uma forma aumentar e diversificar as exportações, com benefícios fiscais para compra de matéria prima e maquinários, para atração de recursos e investimentos externos. Contudo, no ERJ, mais especificamente no município de Itaguaí (distância em torno de 73,5 Km da capital fluminense) já existiu uma ZPE que foi extinta em 2019²⁴ pelo governo federal.

²² Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro (2017 – 2020). Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/planejamento/conheca-o-plano>> Acesso em: 15 abr. 2023.

²³ Modernização do Marco legal referente as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), Lei nº 14.184, de 14 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.184-de-14-de-julho-de-2021-332152312>> Acesso em: 15 abr. 2023.

²⁴ O Estado do Rio de Janeiro possuía uma ZPE na cidade de Itaguaí, que foi revogada pelo presidente Bolsonaro no dia 08 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9959-8-agosto-2019-788945-norma-pe.html>> Acesso em: 15 abr. 2023.

Ao analisar o exemplo acima, fica claro a falta coordenação entre as esferas municipal, estadual e federal. Uma avaliação regional considerando entendimento da real necessidade de uma ZPE na cidade do Rio de Janeiro seria uma forma de gestão conjunta entre a Secretária Estadual de Fazenda (SEFAZ-RJ), Subsecretaria de Planejamento com a subsecretaria de Relações Internacionais da Casa Civil e o Conselho Nacional das Zonas de processamento de exportação (CZPE)²⁵. Para este exemplo, a gestão da paradiplomacia financeira do ERJ seria uma ferramenta de consulta importante para um plano estratégico claro para todos os entes do estado.

Na espera da paradiplomacia, uma opção utilizada por atores subnacionais europeus, e que até este momento não foi utilizada pelo ERJ seria a utilização de representantes externos dedicados exclusivamente como intermediadores dos interesses do estado fora do Brasil. Contudo esta estratégia possui alto custo de investimento, além da questão da escolha do local ideal apto a captação mais estratégica aos interesses locais.

Na esfera econômica, seguindo a sugestão do BNDES²⁶, seria a opção adequada utilizada para a evitar surpresas com flutuação dos preços das commodities por meio da criação de fundos soberanos de riqueza (sovereign wealth funds) para gestão do ERJ, no qual poderá ser gerido o excesso de reservas ativos de commodities.

Na esfera legal, devido aos fatos apresentados no capítulo 02 deste documento, qualquer documento internacional deverá ser aprovado pelo Senado Federal, desta forma, qualquer esforço a curto prazo na tentativa de uma adequação na legislação para melhor funcionalidade da paradiplomacia geraria altos custos. Desta maneira, não tendo a responsabilidade de soberania nacional, a paradiplomacia financeira mesmo sem a independência na ratificação de acordos

²⁵ Conselho Nacional das Zonas de processamento de exportação (CZPE) é um órgão deliberativo de apoio técnico e administrativo, com a responsabilidade técnica de realizar análises, elaborar pareceres, acompanhar o cumprimento de deliberações, entre outras atribuições. Sua disposição encontra-se no Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/zpe/institucional>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

²⁶ Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 15, N. 30, P. 93-127, DEZ.2008. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/10874/1/RB%2030%20O%20Fundo%20Soberano%20Brasileiro%20e%20suas%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20Pol%C3%Aadtica%20Econ%C3%B4mica_P_BD.pdf> Acesso em: 29 mar. 2023.

internacionais ainda serve como importante aparato no desenvolvimento regional. Um alinhamento entre as esferas estaduais e federais, juntamente com o Senado é um bom caminho para o diálogo político conjunto. Constitucionalmente, a ação da paradiplomacia continuará sendo exercida de forma cinzenta, pois sem devida regulamentação, haverá sempre o debate sobre os limites de ação dos atores subnacionais frente a estratégias adotadas pelo Estado brasileiro.

Desta forma, o uso de uma política paradiplomacia financeira é parte fundamental do processo de atração de investimentos externos. Nos momentos, em que sua ação foi contínua e atendeu a um planejamento estratégico para uma agenda política conseguiu atingir as diferentes esferas de poder e fluxos financeiros.

6. Conclusão

Ao longo dos anos, o ERJ passou por diversos programas de atração de investimentos diretos internacionais, no que diz respeito ao breve histórico apresentado nos capítulos anteriores, os diferentes entendimentos adotados pelos poderes estaduais foram alterados conforme o quadro político da situação. Desta forma a estratégia da atuação internacional do estado do Rio de Janeiro passou por diversas vertentes e entendimentos, sem um projeto de continuidade na busca pela internacionalização do estado.

Também foi identificado que a paradiplomacia financeira ativa foi importante no passado e poderá ser uma importante ferramenta no futuro do ERJ. Mesmo que ainda não existe um parâmetro bem estabelecido e amplamente aceito sobre a importância das ações da paradiplomacia dos estados de maneira unilateral, além das limitações constitucionais existentes como uma barreira na evolução na atuação dos atores subnacionais.

Outro ponto relevante nos capítulos anteriores, é a percepção de que o trabalho realizado pela Subsecretaria de Relações Exteriores do ERJ até 2016 conseguiu executar o planejamento estratégico da paradiplomacia financeira dentro de um orçamento com maior fluxo de investimentos e interesse político em prol dos grandes eventos que ocorreram no ERJ, e conseguiu uma ação eficaz na atração de investimentos externos. Contudo, no momento de crise a partir de 2015 trouxe à tona a fragilidade econômica e a dependência de um único setor estratégico de óleo e gás, bem como expôs lacunas nos mecanismos de regulação e responsabilização dos entes estaduais.

O debate sobre maior independência para negociações da paradiplomacia ainda é grande. Cabe aos entes subnacionais, aproveitar as normativas já estabelecidas e aproveitar o dinamismo dos fluxos comerciais entre países, para procurar novas oportunidades internacionais de financiamento e investimentos, e diversificação econômica.

Nesse sentido, o objetivo final de este documento foi de aumentar o interesse na promoção de políticas da paradiplomacia na esfera financeira para auxílio na recuperação fiscal do ERJ. Reiterando assim a importância de análises

de investimentos externos de forma efetiva e eficaz, mesmo que num ritmo menor do que o vivenciado em 2010.

Conclui-se que mesmo que a paradiplomacia financeira ainda não seja vista como uma ferramenta estratégica por diversos atores, é inegável a importância de utilização de suas estratégias de captação de investimento externo em conformidade com o desenvolvimento regional no ERJ. E, que o investimento estadual nesta ferramenta poderia servir como importante meio de captação de recursos externos para futuros projetos no estado.

7. Referências bibliográficas

ABRÚCIO, Fernando; COSTA, Valeriano. **Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998.

ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (orgs). **Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones**. Marcial Pons-Ediciones Jurídicas y Sociales, Madrid, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Os primeiros Anos do Século XXI**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMORIM, Celso. Prefácio. In: SOMBRA, José Luiz. **Rio – de sede do reino às olimpíadas: a reinserção do estado no cenário internacional**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2010.

APRIGIO, André. **Paradiplomacia e interdependência: As cidades como atores internacionais**. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, p. 18-99, 2016.

BESSA, Maia, J. N. **A paradiplomacia financeira dos estados brasileiros: evolução, fatores determinantes, impactos e perspectivas**. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

_____.; SOMBRA, Saraiva, **A paradiplomacia financeira em países emergentes de estrutura federativa**. Pag. 121-163. 2016. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/4473/3209>> Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. Governo Federal. **Lei Complementar Federal nº 159/2017**. Regime de Recuperação Fiscal, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/transparencia/faces/sitios-transparencia-navigation/menu_sitios_analiseContas/regime_recuperacao_fiscal?_afLoop=88175401998248543&_afWindowMode=0&_afWindowId=null&_adf.ctrl-state=6w5xaykql_55> Acesso em: 01 jun. 2023.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:28796>. Acesso em: 01 jun. 2023.

_____. Governo Federal. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 29 mai. 2023.

_____. Governo Federal. **Lei nº 14.184, de 14 de julho de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.184-de-14-de-julho-de-2021-332152312> Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços. **Relatório Comexstat**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br>> Acesso em: 31 mar. 2023

_____. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 15, N. 30, P. 93-127. Dezembro, 2008. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/10874/1/RB%2030%20O%20Fundo%20Soberano%20Brasileiro%20e%20suas%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20Pol%C3%ADtica%20Econ%C3%B4mica_P_BD.pdf> Acesso em: 29 mar. 2023.

CERVO, Amado. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 46, v. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2003.

DUCHACEK, Ivo. **Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations**. In: MICHELMANN, H.J; SOLDATOS, P. Federalism and international relations: the role of subnational units. Nova York: Oxford University Press, 1990.

DUCHACEK, Ivo. **The international dimension of subnational self-government**. The Journal of Federalism, v. 14, n. 4, p. 1984.

DULCI, Otávio Soares. **Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, 2002

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Relatório Decisão Rio 2012-2014**. FIRJAN. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/decisao-rio.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

HOCKING, Brian. **Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais**. In: _____. Localizing Foreign Policy: Non-Central Governments and Multilayered Diplomacy. London: Palgrave Macmillan, 1993.

IBGE. IBGE Cidades. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>> Acesso em: 15 abr. 2023.

MONCAYO JIMÉNEZ, Edgar. **Glocalización: nuevos enfoques teóricos sobre el desarrollo regional (subnacional) en el contexto de la integración económica y la globalización**. Desafíos, v. 7, p. 50-99. 2011 Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/download/1481/1342>> Acesso em: 15 abr. 2023.

KEATING, Michael. **Regions and international affairs: motives, opportunities and strategies**. In: ALDECOA, F.; KEATING, M. *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. Londres: Frank Cass, 1999.

KEATING, Michael. **Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias**. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês e MARIANO, Marcelo Passini (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 3a ed. New York: Longman, 2001.

KINCAID, John. **Confederal federalism and citizen representation in the European union**. *West European Politics*, v. 22, n. 2, p.34-58, abr. 1999. Informa UK Limited.

LAMPRÉIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

LESSA, José Vicente da Silva. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não-centrais**. Brasília: MRE, 2002. (XVII Curso de Altos Estudos).

MCMILLAN, Samuel Lucas. “**Subnational Foreign Policy Actors: how and why governors participate in U.S. Foreign Policy**”. *Foreign Policy Analysis, International Studies Association*, vol. 4, 2007.

PRAZERES, Tatiana L. **Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional**. In: *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, Editora da PUC/Editora da Unesp/Cedec/Fapesp, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro. **Relatório de dívida pública do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://tesouro.fazenda.rj.gov.br/relatorios/divida-publica/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

_____. Gabinete Civil. Subsecretaria de Relações Internacionais/SSRI. **Paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro - 2007-2017: teoria e prática**, Mónica Salomón e outros. Niterói. Imprensa Oficial, 2017.

_____. Subsecretaria da Fazenda do Rio de Janeiro. **Nota técnica N° 57/2021/SUBPOF/SEFAZ/RJ** de 15 de outubro de 2021. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3AWCC42000027118>>. Acesso em: 15 mai. 2023

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil**. Versal Editores: Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES, Gilberto M. A. “**A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro**”. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês e MARIANO, Marcelo Passini (orgs.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

SARAIWA, José Flávio Sombra. **A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil**. Revista Brasileira Política Internacional 47 (2): Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a05.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2023.

SARAIWA, José Flávio S. (ed). **Foreign Policy and Political Regime**. Brasília: IBRI, 2003.

SOLDATOS, Panayotis. **An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors**. In: MICHELMAN, H.; SOLDATOS, P. Federalism and International Relations: the role of subnational units. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SOMBRA, José Luiz. **Rio - de sede do reino às olimpíadas: a reinserção do estado no cenário internacional**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, Ed. Especial 2012.

SPADALE, Pedro. **Relações internacionais de unidades subnacionais: a experiência do Estado do Rio de Janeiro**. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). CEBRI Artigos, Edição Especial, v. 3, ano 8. Rio de Janeiro. CEBRI, 2013.

SPADALE, Pedro. Conversa sobre paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro.[Entrevista cedida a] Gizyenne Costa Miguel. Entrevista online, Rio de Janeiro, 25 de agosto, 2023.

VIGEVANI, Tullo. **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, RBCS, Vol. 21 n°. 62, 2006.

8. Anexo A

Quadro 01 - Comparativo entre os dados de investimento direto entre 2010, 2015 e 2020

Investimento direto 2010, 2015 e 2020 – Participação no capital			
Distribuição conforme localização do ativo imobilizado^{1/}			
Valores em US\$ milhões			
Rio de Janeiro	2010	2015	2020
Indústria	30 120	14 605	15 992
Bebidas	9 028	7 973	5 597
Celulose, papel e produtos de papel	58	105	40
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	168	14	31
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	95	269	1 131
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	202	17	13
Fabricação de móveis	-	-	-
Impressão e reprodução de gravações	-	15	-
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	641	582	765
Máquinas e equipamentos	309	773	480
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	148	42	15
Metalurgia	6 720	182	3 004
Outros equipamentos de transporte	22	164	12
Preparação de couro e fabricação de artefatos de couro e calçados	-	0	-
Produtos alimentícios	3 751	540	596
Produtos de borracha e de material plástico	1 782	1 272	1 126
Produtos de madeira	-	-	-
Produtos de metal	175	135	293
Produtos diversos	350	127	262
Produtos do fumo	-	19	-
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1 866	1 003	1 113
Produtos minerais não-metálicos	414	176	246
Produtos químicos	980	769	595
Produtos têxteis	110	2	17
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1 088	412	588
Outros ^{2/}	2 212	16	70

1/ O valor das empresas com ativo imobilizado em mais de uma unidade da federação foi fracionado.
2/ Inclui itens não elencados e informações que não atendem ao critério de confidencialidade.
3/ Empresas "holdings" declararam a localização do ativo imobilizado conforme balanço consolidado, incluindo unidades no exterior.

Fonte: Banco Central do Brasil. Sistema de Capital Estrangeiro no Banco Central do Brasil, módulo investimento direto (RDE-IED).²⁷

²⁷ Tabelas Completas Investimento Direto no País. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/TabelasCompletasPosicaoIDP.xlsx. Acesso em: 10 jun.2023.

Quadro 02: Detalhamento do financiamento externo do ERJ e seus projetos destino.

Dívida - ERJ	Credor	Valor contratado (R\$)	Saldo (R\$)	Custo/ correção	Juros %a.a.	Data início	Data fim	Prazo (anos)
Externa (COM AVAL DO TESOUREO NACIONAL)		R\$ 9.418.714.371,70	R\$ 13.861.373.853,75					
Banco Interamericano de Desenvolvimento		R\$ 1.495.729.082,00	R\$ 689.155.656,89					
PNB	BID	R\$ 322.470.000,00	R\$ 69.373.537,45	DÓLAR	4,59% (3,69% + spread vr)	28/07/1999	28/07/2024	25
PROFAZ	BID	R\$ 35.000.000,00	R\$ 51.121.132,20	DÓLAR	3%	15/04/2010	15/04/2030	20
PRODETUR	BID	R\$ 179.188.800,00	R\$ 137.006.421,07	DÓLAR	4%	15/06/2011	15/06/2036	25
PSAM	BID	R\$ 825.270.282,00	R\$ 361.577.656,44	DÓLAR	4%	15/12/2011	15/12/2036	25
INCLUSÃO SOCIAL	BID	R\$ 133.800.000,00	R\$ 70.076.909,73	DÓLAR	3%	15/11/2012	15/11/2037	25
Banco Intern. para Reconstrução e Desenv.		R\$ 5.597.424.155,50	R\$ 10.582.068.216,28					
PET Adicional	BIRD	R\$ 72.908.000,00	R\$ -	DÓLAR	4,54% e 3,27%	20/05/2008	15/10/2022	14
PET- II	BIRD	R\$ 379.302.890,00	R\$ 880.307.301,34	DÓLAR	3%	15/10/2009	15/04/2034	25
RIO RURAL	BIRD	R\$ 69.057.850,00	R\$ 141.358.426,44	DÓLAR	3%	15/04/2010	15/10/2032	23
PRODESF / DPL I	BIRD	R\$ 851.660.000,00	R\$ 1.729.230.989,20	DÓLAR	3%	15/04/2010	15/04/2039	29
PRÓ-GESTÃO I	BIRD	R\$ 32.182.915,50	R\$ 28.578.245,66	DÓLAR	3%	15/11/2010	15/05/2030	20
PROHDUMS / DPL II	BIRD	R\$ 850.544.500,00	R\$ 1.810.542.791,20	DÓLAR	4%	15/05/2011	15/11/2040	30
PET - II Adicional	BIRD	R\$ 1.223.100.000,00	R\$ 1.793.523.074,09	DÓLAR	4%	15/05/2012	15/11/2041	30
PRODESF II / DPL III	BIRD	R\$ 609.690.000,00	R\$ 1.386.949.200,00	DÓLAR	5%	15/08/2012	15/02/2036	24
RIO RURAL Adicional	BIRD	R\$ 235.000.000,00	R\$ 239.426.767,07	DÓLAR	5%	15/02/2013	15/08/2036	24
PROMIT / DPL IV	BIRD	R\$ 1.166.650.000,00	R\$ 2.540.200.000,00	DÓLAR	5%	15/05/2013	15/08/2039	26
PRÓ-GESTÃO II	BIRD	R\$ 107.328.000,00	R\$ 31.951.421,28	DÓLAR	3%	15/11/2013	15/11/2038	25
Agência Francesa de Desenvolvimento		R\$ 802.294.650,00	R\$ 1.503.163.350,00					
PMU	AFD	R\$ 802.294.650,00	R\$ 1.503.163.350,00	DÓLAR	4,25% e 4,09%	31/10/2012	31/10/2037	25
Corporação Andina de Fomento		R\$ 1.523.266.484,20	R\$ 1.079.429.366,82					
POE	CAF	R\$ 202.540.000,00	R\$ 70.420.293,20	DÓLAR	6%	13/03/2012	13/09/2024	13
PRÓVIAS	CAF	R\$ 647.469.745,00	R\$ 391.410.718,17	DÓLAR	6%	15/03/2012	13/09/2027	16
PROCOPA II	CAF	R\$ 252.336.739,20	R\$ 235.781.364,00	DÓLAR	5%	22/11/2012	22/11/2027	15
ARCO METROPOLITANO	CAF	R\$ 420.920.000,00	R\$ 381.816.991,45	DÓLAR	5%	05/12/2012	05/12/2027	15
Títulos		R\$ -	R\$ 7.557.263,76					
MOBILIÁRIA	UNIÃO	-	R\$ 7.557.263,76	DÓLAR/ LIBRA	-	-	30/12/2029	-

Fonte: Tesouro da Fazenda do Rio de Janeiro²⁸

²⁸ Dados extraídos do relatório de dívida pública do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://tesouro.fazenda.rj.gov.br/relatorios/divida-publica/>> Acesso em: 01 jun. 2023.

9. Apêndice A

Entrevistado: Pedro Spadale

Data: 25 de agosto de 2023

Local: Online

Entrevistadora Gizyenne Costa:

Pergunta que eu queria fazer para você é desse período? É sim. Quais foram os principais desafios? É que você encontrou é entre 2010 e 2017 como subsecretário. Sim, primeiro fato. Assim, a primeira coisa que você.

Entrevistado Pedro Spadale:

Ai, que legal.

Principais desafios, não é?

Eu diria que teve 2 momentos, né? Esse período, um primeiro momento, má.

Lógico, Dourado, incrível que começa aí. Você tá falando de 2010 a 20, então 10 estava no auge disso. É eu como a gente sabe, é, a gente teve a partir de 2007 um alinhamento muito forte do Rio de Janeiro com o governo federal.

Eu era segundo. Não era o primeiro mandato, é o Cabral começando aqui o Lula no segundo mandato, partir de 2009, o Eduardo Paes, que tinha sido secretário de turismo, esporte e lazer, secretário estadual, é lá do governo do estado. Ele é eleito prefeito, então ele passa a ter ali emendas. 3 esferas é o Rio de Janeiro já desde o início do do do do século, aí 20.

Ganhando tração novamente, o presas novas indústrias se instalando aqui. O Rio de Janeiro começou finalmente, lá no final dos anos 90, a usar os instrumentos de é incentivos tributários que outros estados o já usavam com muita força no Rio de Janeiro, demorou a fazer um pouco isso e perdeu, inclusive. Né? Empresas que você está aí, não.

Daqui, foram para os Campos, mas aí, quando começa a usar a das mesmas armas, é é. É bem sucedido em conseguir trazer muita coisa para cá.

É só um instantinho que é então uma ligação, e..(pausa na entrevista)

Então, assim a gente tem, além da de uma retomada da da, da, da, do, do crescimento vindo.

Você tem um anúncio do da descoberta do pré sal do juiz 78 por ali. Isso foi um game changer, né? Porque aí minha operação, como com todos aqueles números superlativos de potencial e de é volume de investimento necessário. Aí o setor e o da Rio do petróleo, que chegou a bater 70 USD, né? Durante alguns anos. A indústria estava.

A cidade do Rio é escolhida bom o Brasil. Tendo para receber a Copa do Mundo de futebol em 2008. A cidade do Rio é escolhida para sediar os Jogos Olímpicos em 2009.

Foi um alinhamento astral assim. Maravilhoso, né? É, a gente tinha que taxas de crescimento é de nível chinês, já sei um muito alto. Mesmo crescimento do PIB de é do Rio, praticamente pleno emprego e o desemprego, diz. Pegou a bater na casa de 3 por.100 quartos, então assim. Era mesmo um. Isso vai até.

É mais ou menos bom. 2013 começou aquele negócio dos protestos, né? Em meados de 2000. E 13, já comemos uma coisa. Meio OPA, não estava? Todo mundo feliz não estava todo mundo, né? Adorando.

Nono. E não foi só no Rio, né? Foi. No Brasil, lá. De estudo em 13. É 14, Mac.Repete um pouco, isso é, mas ainda não era tão forte que comecei me ver que.

É nas eleições.Eu estou bem de 14. Dilma Rousseff foi reeleita, Pezão foi eleito. Então é num num, num tava embora já tivesse vários setores da sociedade.

Fazia 10 protestos e tal ainda estava isso, a economia tivesse mão, né? A gente sabe que quando a economia vai mal. Dificilmente políticos e remédio.

Então, em 14 ainda, a situação estava legal. Eu me lembro muito bem quando, na virada de 14 para 15. Começa 2015. A pessoa falou, olhe, o gato está dando telhado agora. Estava tudo bem. 2 meses até. Como é que? Agora é, a gente está tão.

Tem que economizar. Cortar despesa que que eu abri a pois é, porque aí é crise a tal maroh linha lá.

Próprios de 2008 9. Acabou chegando, né? Aqui no, no Brasil, e aí 2015 já foi um ano de de uma crise econômica, é?

Tivemos Jogos Olímpicos de 2016, continuou. Havendo ainda uma atividade econômica puxada por isso, grande tinha ainda muito investimento em infraestrutura aqui, né? Metrô com várias outras coisas rolando no Rio de Janeiro que emprega muita gente que, né, faz a roda girar.

Mas aí, então, quando passa olimpíadas, a gente der ladeira, né? Porque aí junta a crise econômica.

Ando no país. Com é? Crise política, né? Dilma Rousseff?

Meses antes, estudar dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro foi quando que deu que governador foi preso. Foi foi final de 16, início 17, mas foi quando também aqui no Rio de Janeiro. Aí tudo aqui no Rio de Janeiro desaba o preço do petróleo estava alto. Despenca aí os investimentos e em Petrobras, né? No No olho do furacão da da Lava jato e toda.

O paralisamentos é, e toda aquela cadeia gigantesca.

Então, se a gente teve o alinhamento astral perfeito nos anos anteriores, a gente teve o furacão, a tempestade perfeita.

É no dizendo. O seguinte porque juntou isso não é problema econômico, problema político aí é? O petróleo que afeta tanta gente no Rio é. Pô, então, assim realmente desandou, né? E aí, o.

Estadual está todos os orçamentos diminui, mas saiu do estado do estado, então. Quebrou, não é? É, entra naquele negócio de recuperação fiscal e tal, então. Para mim, o maior desafio foi nos Anos bom.

Era o desafio de dar conta do volume e eu vou te passar disso para vocês 21 depois também é? É. Eu não sei se você tem aí o meu nome, eu boto aqui no chat meu celular, eu vou passar a versão digital, disse. Você já viu um livro que a gente publicou quando a subsecretária de relações internacionais é completou 10 anos, a gente fez um livro sobre os 10 anos dela e tem muita informação boa ali é se você não conhecer um livro de macaco.

Bom, a gente achou que era interessante. É? Mas esse registro dessa memória foi um livro impresso pela imprensa oficial de casa, e eu vou passar aqui para vocês pelo ZAP.

É esse esse livro aqui, ali você vai. É ver todos os números que vocês vão ver. Do do, do volume dos trabalhos ano.

A gente teve, a gente teve aquela sequência, né, de megaeventos, porque que começa? É lá com, com como é que era? Jogos Pan-Americano 2007, que no foram importantes para nós nos credenciar para mostrar que a gente tinha a capacidade de sediar eventos esportivos grandes.

Para os olímpicos, né? Pra me notificando. A gente foi escolhido. Por Olímpicos, não ter tido ser. É importante 2010 no fórum urbano mundial da da ONU, é uma conferência importante que acontece de 1010 anos. É, e aí começa 12 Rio, meramente 13. Papa em 14, copa 15.

Inventei tantos aqui, a cidade do Rio Preto, 1450, nada contra HK adicional e 16 anos Olimpíada. Então assim, 1 o volume enlouquecido. O nosso desafio é aí. Nessa época era que a gente não fosse um órgão de RI meramente reativo. Por quê? Era tão grande volume.

E dá conta daquele volume com uma equipe? A gente chegou a ter o que algo +20 pessoas. É uma equipe que não é tão grande assim, é com com tudo acontecendo ao mesmo tempo e a gente tendo, além de claro, chegar.

Tava e atender tudo que vinha, né? De pedido de várias áreas, da do do do governo do estado. O próprio governador, até as secretarias de estado, porque aí é super transversal. Então vender Amanda de tudo que é que é a área?

É, mas que a gente também conseguisse perseguir, atingir aqueles que eram os nossos próprios objetivos, né? As nossas metas de nossas é cumprir nosso planejamento. E aí, o que a gente fez foi adotar.

Sistema de metas mesmo, inclusive o que a gente se preparou internamente foi para para a gente. É propor a ali administração, né? Do pelo estado, um que a gente fizesse um contrato de gestão, né, que é a ferramenta para você é que que é muito usada às vezes No No, na área pública. E esse contrato de estão tendo é as

metas lá estipuladas e você poder terminar ação variável, né? Como você passa o seu para privado? Então a gente para você fazer isso, você tem que ter.

Todo um planejamento estratégico, com seus objetivos estratégicos e suas metas, tudo o que seja, né, que piaís pra você conseguir mensurar isso e até poder premiar, né? Financeiramente os servidores, é então a gente é criou isso tudo, iniciativa nossa. Ninguém mandou a gente fazer isso, né? Se a gente começou a fazer isto logo depois da reman 20, então.

13/14 a gente já estava quando tudo redondo, rodando bem Lady usando a metodologia belas vitcor card que, né? Faz da vinculação do dos objetivos estratégicos com com administrativas ou de manhã ou de tal, é. Porque nossa intenção era quan.

No vira-se para 15 a quando começasse a nova administração. Se fosse ela compôs, né? Do do Pezão sendo reeleito, o outro governador, mas esperando, né? Virar a gente. 15 falando, olha. Temos aqui o nosso planejamento estratégico.

Olha aqui que a gente fez em 2014, olha que não pegou 1013 é o que a gente propõe, é, é que funcione dessa dessa forma, então estamos. Estávamos ali prontíssimos para fazer isso, rodar quando em janeiro de 15 aconteceu aquilo que eu mencionei do pessoal virá.

Vá lá, gato, subiu no telhado, não tem dia para nada, vai ter que reduzir o salário de todo mundo em sei lá quanto é que reduziu em 20% nele. É o que é. Não sei falar quem começou a atrasar falar, então imagina falar e ainda boa noite e remuneração variável.

Aí não tinha nenhuma condição, né? Então a gente seguiu com o nosso planejamento estratégico civil cumprindo, né, nossos buscando lá nosso objetivo de todos os nossos coisas, nossas metas, mas.

É bastei a parte do do dinheiro da recompensa financeira. Isso. Isso não. Não dava mais para pensar. Então é. Nesse primeiro momento era aí, né? Conseguir responder com uma equipe enxuta, 1 o volume enorme é de de de trabalho, está tudo.

A da ciências, empenas, centenas de delegações que vinham Rio Brasil super, né? Na moda e de janeiro super na moda, então era todo mundo brotando.

Aqui era Barack Obama, era Putin. Era, é. Papa Francisco era Shimon Peres. Toda galera veio parar. É.

É, então a tem, é isso, é a gente. O Rio de Janeiro é depois que teve a Rio +2012. É em que se, como eu trabalho de...Na Na área de sustentabilidade é com rede de governos estaduais é pra sua idade, para clima. Então a gente, muita gente que antes a gente não era membro, a gente passou a ser tal estudo. Demanda é, né? Muito, muito HH é quando vira.

É quando aí é. Os Anos Dourados terminam, é, é né? E passa rápido. E aí o Brasil já não estava tão mais maravilhoso, né pittman? Então essa coisa da corrupção, da crise política, aí o volume diminui. É então aquele grande problema, os ciclos de megaeventos se encerra em 2016, então o.

Mas aí a gente passa a ter um outro desafio que antes o produto Tasso que a gente tinha na mão para vender a gente para de de ter esse produto tão bonito e atraente que era logo antes, fica mais difícil vender o Rio, vender o Brasil, né? Vender que eu digo para atrair investimento, né? Principalmente então a trazer empresas para cá fica mais difícil, ainda mais no contexto de uma crise.